

◆1. Política Econômica

A ALCA e o Brasil: algumas reflexões

A menos de um mês da Terceira Cúpula das Américas - a ser realizada entre os dias 20 e 22 de abril, em Quebec, com a participação dos chefes de estado - vale a pena ressaltar, do ponto de vista brasileiro, os pontos mais críticos em discussão para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Ser uma área de livre comércio implica haver a livre circulação de mercadorias entre os países do bloco, mas sem uma política comercial comum - que se reflita na fixação de uma mesma tarifa externa em relação ao resto do mundo - ou a mobilidade de fatores, diferentemente do que ocorre na União Européia (UE), que é um mercado comum.

Dado o espaço limitado do presente artigo, resolveu-se restringir a discussão nas seguintes questões: i) o efetivo acesso ao mercado norte-americano, com a eliminação das barreiras tarifárias e não-tarifárias; e ii) o impacto da liberalização dos mercados sobre o setor produtivo brasileiro.

Apesar de terem sido criados nove grupos de negociação e mais três comitês especiais - compostos por representantes dos 34 países do hemisfério - a fim de discutirem temas diversos, o grupo referente ao Acesso a Mercados tem sido o mais visado, tendo em vista que trata da eliminação das barreiras tarifárias e não-tarifárias no comércio internacional, além da definição de regras alfandegárias e salvaguardas.

Em uma primeira avaliação, seria de esperar que a liberalização de mercados trouxesse mais benefícios aos parceiros dos Estados Unidos da América (EUA), tendo em vista que passariam a ter acesso ao seu extenso mercado. Entretanto, o resultado final em termos de ganhos de mercado depende da estrutura tarifária e das barreiras não-tarifárias.

Não há estudos setoriais que sejam capazes de medir de forma precisa tanto os possíveis ganhos de mercados quanto os impactos sobre o setor produtivo da adesão do Brasil à ALCA. Entretanto, uma estimativa apresentada por Pereira (2001) sugere algumas possibilidades.

A autora estimou a tarifa média ponderada de importações no comércio bilateral Brasil-EUA a partir da estrutura tarifária de 2000 - o cálculo levou em conta as participações de oito dígitos do Sistema Harmonizado, que compreende mais de dez mil produtos. A tarifa média de importação do Brasil ponderada pela participação de produtos importados dos EUA é de 12,85%. Nos EUA, a tarifa média de importação ponderada pelos produtos importados do Brasil é nula, considerando apenas duas casas decimais. Sendo assim, com a liberalização, conclui-se que, em um primeiro momento: i) tendo em vista o fato de as tarifas já serem baixas nos EUA, apesar do tamanho do mercado norte-americano, os ganhos de mercado para o Brasil poderiam não ser tão significativos; e ii) a liberalização das tarifas implicaria um maior impacto sobre o setor produtivo brasileiro, sujeito a um maior nível de proteção. Somando-se a isto o fato de o peso das importações oriundas dos EUA ser maior no comércio

do Brasil do que o peso das importações advindas do Brasil nas transações comerciais dos EUA, a eliminação das tarifas tenderia a ter, em um primeiro momento, um impacto negativo, principalmente, nos setores industriais de maior nível tecnológico - como máquinas e material elétrico -, onde a superioridade competitiva dos EUA é flagrante.

Poder-se-ia argumentar, entretanto, que a média tarifária dos EUA esconde o fato de existirem vários picos tarifários que atingem, em grande medida, uma série de produtos onde o Brasil possui uma óbvia vantagem competitiva - como os agropecuários. Neste caso, a eliminação das tarifas poderia significar, em um primeiro momento, um ganho expressivo de mercado para o Brasil. Entretanto, cabe fazer duas ressalvas.

Em primeiro lugar, uma série de produtos agrícolas e manufaturados tradicionais - cuja liberação tarifária poderia representar ganhos expressivos de mercado para o Brasil - estão sujeitos a barreiras não-tarifárias. Barbosa (2001) fez uma estimativa de que 60,6% das importações dos EUA advindas do Brasil estavam em 1998 sujeitas a barreiras não-tarifárias - cálculo baseado em dados da UNCTAD. A maior parte destas barreiras (39%) correspondeu a investigações de *dumping* e subsídios. Ou seja, não basta haver uma eliminação de tarifas, mas é essencial que haja uma negociação firme no sentido de extinção das barreiras não-tarifárias que assegure o efetivo acesso ao mercado norte-americano. Pois, se as tarifas forem eliminadas, mas permanecerem sendo utilizados os direitos compensatórios e *anti-dumping*, os possíveis ganhos de mercado podem ser anulados.

Em segundo lugar, mesmo que se consiga garantir a eliminação simultânea das barreiras tarifárias e não-tarifárias, ainda há a questão de qual estrutura industrial se deseja para o país. Isto porque a eliminação de tarifas e barreiras não-tarifárias poderiam garantir ao Brasil ganhos de mercados concentrados nas indústrias tradicionais - como alimentos, vestuário e produtos de couro) e no setor agropecuário. Tendo em vista o desejo do Brasil de manter uma estrutura industrial diversificada, parece ser essencial que aja uma negociação mais cautelosa no que diz respeito ao cronograma de redução tarifária referente aos setores industriais mais sofisticados - como bens de capital, informática e produtos eletroeletrônicos. Isto porque uma redução tarifária muito rápida, no que tange a estes setores, poderia resultar em uma possível eliminação dos produtores nacionais, dada a competitividade superior dos bens produzidos nos EUA. Esta questão torna-se ainda mais importante quando se tem em conta a necessidade de aumentar a sofisticação da nossa pauta de exportações - com consequente aumento de seu valor agregado em dólares -, com vistas a combater a grave restrição externa ao crescimento pela qual passamos atualmente.

ÍNDICE

◆2 - Nível de Atividade: PIB cresceu 4,46% em 2000.....	2
◆3 - Inflação: O resultado dos últimos índices.....	3
◆4 - Finanças Públicas: As NFSP no ano de 2001.....	4
◆5 - Mercado Financeiro: Copom eleva a Taxa SELIC para 15,75% ao ano.....	5
◆6 - Setor Externo: O balanço de pagamentos em fevereiro.....	6
◆7 - Operações do BNDES e da FINAME.....	7
◆8 - Anexo Estatístico.....	9

◆ 2 - Nível de Atividade

PIB cresceu 4,46% em 2000

O IBGE reviu a taxa de crescimento real do PIB em 2000 em relação a 1999, de 4,20% para 4,46%. A indústria apresentou um crescimento de 5,01% no período. A agropecuária e o setor de serviços, por sua vez, registraram uma expansão real de 3,02% e 3,85%, respectivamente.

O valor do PIB a preços de mercado foi de R\$ 1,089 trilhão. A renda *per capita* apresentou uma expansão real de 3,10%, atingindo R\$ 6560,00. O deflator implícito do PIB a preços de mercado ficou em 8,57% em 2000.

A produção industrial em janeiro

A produção física industrial do IBGE de janeiro foi 11,2% superior à de igual mês de 2000. Os destaques ficaram com a produção de bens de capital e de bens de consumo duráveis, com crescimento de 24,7% e 20,0%, respectivamente, no período. Em relação a dezembro, a indústria geral apresentou uma queda dessazonalizada de 2,7% - ver Gráficos 2.1 e 2.2. Em 12 meses, a produção industrial acumulou um crescimento de 6,9%.

Conforme a CNI, as vendas reais da indústria registraram um crescimento de 15,81% em janeiro, ante o mesmo mês do ano anterior. Em relação a dezembro de 2000, houve uma queda dessazonalizada de 5,92%. Segundo a CNI, o nível de utilização da capacidade dessazonalizado foi de 82,16% em janeiro de 2001, ante 80,21% em igual mês de 2000.

Em janeiro, o INA da FIESP registrou uma queda dessazonalizada de 0,8%, contra dezembro. As informações de fevereiro apontaram para uma queda dessazonalizada de 0,2% do INA, ante janeiro. Contra igual mês de 2000, houve uma redução de 2,8%.

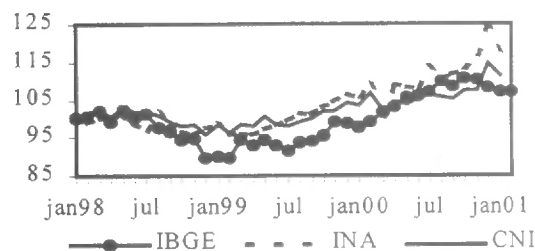
A produção de autoveículos

Segundo a Anfavea houve um crescimento da produção de autoveículos de 16,46% no acumulado janeiro/fevereiro de 2001, ante igual período de 2000 - ver Gráfico 2.3.

A taxa de desemprego em fevereiro

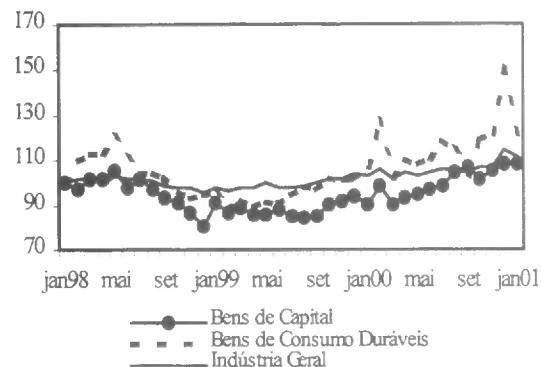
Em fevereiro, a taxa de desemprego aberto do IBGE foi de 5,7%, contra os 8,2% de igual mês de 2000 - ver Gráfico 2.4.

GRÁFICO 2.1
INDICADORES DO NÍVEL DE ATIVIDADE
COM AJUSTE SAZONAL - JAN 98 = 100



Fonte: IBGE.

GRÁFICO 2.2
PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL IBGE
COM AJUSTE SAZONAL - JAN98=100



Fonte: IBGE.

GRÁFICO 2.3
PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS - ANFAVEA
(EM MIL UNIDADES)

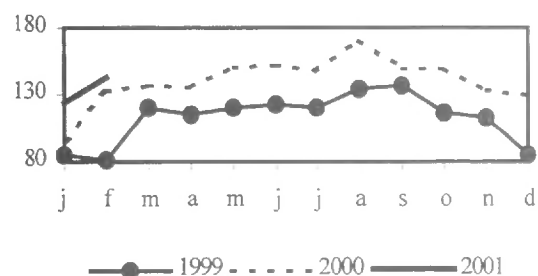
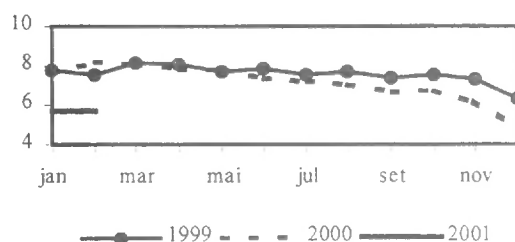


GRÁFICO 2.4
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO - IBGE (%)



Fonte: IBGE.

◆ 3 - Inflação

AP/COPED

Centro de Pesquisas

O resultado dos últimos índices

O IPCA e o IGP-DI registraram taxas de inflação de 0,46% e 0,34%, respectivamente em fevereiro ante os 0,57% e 0,49% registrados no mês anterior – Ver Tabela 3.1. O IPC-FIPE apresentou uma inflação de 0,11% no mês de fevereiro. A inflação média – calculada a partir dos três índices citados anteriormente – ficou em 0,30% em fevereiro, ante o 0,48% registrado em janeiro. A inflação média acumulada em 12 meses subiu de 6,44% em janeiro para 6,73% em fevereiro – ver Gráfico 3.1.

O núcleo da inflação, por sua vez, apresentou uma taxa de variação acumulada em 12 meses de 4,12%, acima dos 3,93% registrados no no acumulado em 12 meses até janeiro - ver Tabela e Gráfico 3.2.

O IPC-FIPE

O Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pela FIPE, registrou, na terceira quadrissemana de março, uma inflação de 0,45%, frente a inflação de 0,11% registrada no mês anterior. Os destaques de alta ficaram com os itens alimentação (1,29%) e saúde (0,64%). Os transportes e habitação registraram reajustes de 0,32% e 0,23% no período.

TABELA 3.1
INFLAÇÃO MENSAL (%)

Mês	Índices de preços			
	IGP-DI	IPCA	FIPE	Média
jan99	1,15	0,70	0,50	0,78
fev	4,44	1,05	1,41	2,30
mar	1,98	1,10	0,56	1,21
abr	0,03	0,56	0,47	0,35
mai	-0,34	0,30	-0,37	-0,14
jun	1,02	0,19	-0,08	0,38
jul	1,59	1,09	1,09	1,26
ago	1,45	0,56	0,74	0,92
set	1,47	0,31	0,91	0,90
out	1,89	1,19	1,13	1,40
nov	2,53	0,95	1,48	1,65
dez	1,23	0,60	0,49	0,77
jan00	1,02	0,62	0,57	0,74
fev	0,19	0,13	-0,23	0,03
mar	0,18	0,22	0,23	0,21
abr	0,13	0,42	0,09	0,21
mai	0,67	0,01	0,03	0,24
jun	0,93	0,23	0,18	0,45
jul	2,26	1,61	1,40	1,76
ago	1,82	1,31	1,55	1,56
set	0,69	0,23	0,27	0,40
out	0,37	0,14	0,01	0,17
nov	0,39	0,32	-0,05	0,22
dez	0,76	0,59	0,26	0,54
jan01	0,49	0,57	0,38	0,48
fev	0,34	0,46	0,11	0,30

GRÁFICO 3.1
INFLAÇÃO
TAXA ACUMULADA EM 12 MESES (%)

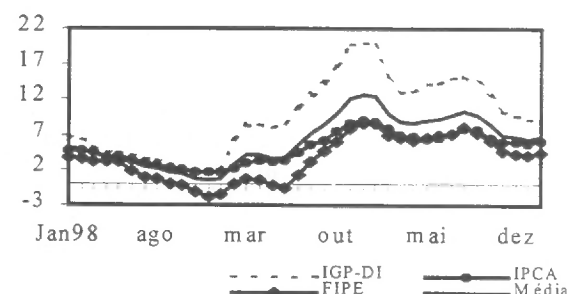


GRÁFICO 3.2
NÚCLEO DE INFLAÇÃO (%)
TAXA ACUMULADA EM 12 MESES

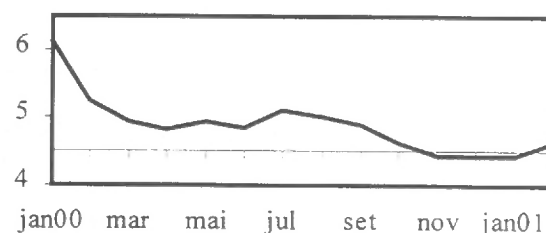


TABELA 3.2
NÚCLEO DE INFLAÇÃO (%)

	IPC/FGV		Core	
	Mês	12 meses	Mês	12 meses
jan00	1,01	9,52	0,45	5,62
fev	0,05	8,04	0,17	4,73
mar	0,51	7,57	0,24	4,42
abr	0,25	7,28	0,26	4,31
mai	0,40	7,63	0,39	4,44
jun	-0,01	6,92	0,16	4,33
jul	1,91	7,67	0,74	4,60
ago	0,86	8,08	0,27	4,49
set	0,04	7,92	0,13	4,39
out	0,02	6,95	0,21	4,12
nov	0,40	6,19	0,35	3,94
dez	0,62	6,21	0,50	3,94
jan01	0,64	5,82	0,44	3,93
fev	0,40	6,19	0,36	4,12

O item vestuário voltou a apresentar deflação (0,43%).

O IGP-M

Em março, o IGP-M, registrou uma taxa de variação de 0,56%, significativamente superior ao 0,23% de fevereiro.

O IPA-M, o IPC-M e o INCC-M registraram, em março, respectivamente, taxas de inflação de 0,65%, 0,47% e 0,34%.

◆4 - Finanças Públicas

As NFSP no ano de 2001

O déficit público nominal foi de 5,29% do PIB no acumulado janeiro-fevereiro de 2001, ante os 3,61% do PIB de igual período de 2000, e os 4,50% do PIB em todo o ano de 2000 – ver Tabela 4.1.

O total de despesas com o pagamento dos juros nominais sobre a dívida pública atingiu 10,03% do PIB no período, contra os 8,51% do PIB de janeiro-fevereiro de 2000, e os 8,06% do PIB em 2000.

Em relação ao resultado primário, houve um superávit de 4,74% do PIB no período, ante um superávit de 4,90% do PIB do primeiro bimestre de 2000, e os 3,56% do PIB em 2000 como um todo.

A evolução das receitas federais

Segundo a Secretaria da Receita Federal (SRF), a arrecadação apresentou uma redução real de 7,1% em fevereiro de 2001, ante o mesmo mês de 2000 – ver Tabela 4.2. No acumulado no primeiro bimestre, a arrecadação registrou um crescimento real de 2,3%, ante igual período de 2000.

Títulos Públicos Federais

A observação dos títulos federais classificados por indexador aponta para o aumento da participação dos títulos públicos indexados ao câmbio: em fevereiro, estes apresentaram um percentual de 22,4% do total de títulos federais, contra os 21,7% ob-

TABELA 4.1
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (NFSP)(1) - em % do PIB

	2000		2001
	jan-fev	ano	jan-fev
Nominal	3,61	4,50	5,29
Governo Central	1,27	2,30	4,52
Governo Federal	1,84	2,30	2,83
Banco Central	-0,16	0,84	2,25
Empresas Estatais Federais	-0,42	-0,84	-0,57
Governos Regionais	2,34	2,20	0,78
Governos Estaduais	2,40	1,83	1,08
Governos Municipais	0,06	0,27	-0,34
Empresas Estatais Estaduais	-0,11	0,09	0,04
Empresas Estatais Municipais	0,00	0,01	-0,01
Juros Nominais	8,51	8,06	10,03
Governo Central	3,96	5,14	7,06
Governo Federal	4,09	4,26	4,87
Banco Central	-0,22	0,80	2,20
Empresas Estatais Federais	0,10	0,08	0,00
Governos Regionais	4,55	2,91	2,97
Governos Estaduais	3,81	2,26	2,15
Governos Municipais	0,51	0,41	0,32
Empresas Estatais Estaduais	0,22	0,23	0,48
Empresas Estatais Municipais	0,02	0,02	0,02
Primário	-4,90	-3,56	-4,74
Governo Central	-2,69	-2,85	-2,54
Governo Federal	-3,06	-2,89	-2,66
Banco Central	0,06	0,04	0,06
INSS	0,81	0,92	0,62
Empresas Estatais Federais	-0,51	-0,92	-0,56
Governos Regionais	-2,20	-0,71	-2,20
Governos Estaduais	-1,41	-0,43	-1,07
Governos Municipais	-0,45	-0,14	-0,66
Empresas Estatais Estaduais	-0,33	-0,14	-0,44
Empresas Estatais Municipais	-0,02	0,00	-0,02

Fonte: Banco Central do Brasil.

Nota: (1)(-) = superávit

servados em média no ano de 2000 – ver Tabela 4.3. Os títulos indexados à taxa over/SELIC continuaram apresentando a maior participação, que atingiu 51,5% do total em fevereiro de 2001.

A dívida líquida do setor público

A dívida líquida do setor público – excluindo base monetária foi de 45,7% do PIB em fevereiro de 2001, um valor ligeiramente superior ao resultado de 2000 – ver Tabela 4.4.

TABELA 4.2
ARRECAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS a preços de fevereiro de 2001

Ano	Arrecadação (R\$ milhões)			Variação (%)		
	Jan	Fev	Jan/Fev	Fev01/Jan00	Fev01/Fev00	Jan/Fev01/Jan/Fev00
2000	15718	14126	29843	-	-	-
2001	17395	13123	30519	-24,6	-7,1	2,3

Fonte: Secretaria da Receita Federal.

TABELA 4.3
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS: PARTICIPAÇÃO POR INDEXADOR (%)

Indexadores	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001(fev)
Câmbio	8,3	5,3	9,4	15,4	21,0	24,2	21,7	22,4
SELIC	16,0	37,8	18,6	34,8	69,1	61,1	52,4	51,5
Prefixados	40,2	42,7	61,0	40,9	3,5	9,2	15,3	14,4
IGP/IGP-M	12,5	5,3	1,8	0,3	0,4	2,4	5,9	7,0
Outros	23,0	8,9	9,2	8,6	6,0	3,1	4,7	4,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco Central.

TABELA 4.4
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO - FIM DE PERÍODO (% PIB) (1)

Composição	1996	1997	1998	1999	2000	2001(fev)
Dívida interna	27,0	26,4	32,5	34,4	35,5	36,5
Governo Central	12,0	13,1	17,2	17,7	19,3	19,1
Gov. estaduais e municipais	11,1	12,4	14,0	15,5	15,3	16,6
Empresas estatais	3,9	0,9	1,3	1,3	0,9	0,8
Dívida externa	3,9	4,3	6,4	10,4	9,8	9,2
Governo Central	1,6	1,9	4,3	7,9	7,5	6,8
Gov. estaduais e municipais	0,4	0,5	0,7	0,9	0,9	1
Empresas estatais	1,9	1,9	1,4	1,5	1,3	1,4
Dívida total	30,9	30,7	38,9	44,9	45,3	45,7
Governo Central	13,6	15,0	21,5	25,6	26,8	25,9
Gov. estaduais e municipais	11,5	12,9	14,7	16,3	16,3	17,6
Estados	n.d.	11,1	12,7	14,1	14,2	15,5
Municípios	n.d.	1,8	2,0	2,2	2,1	2,1
Empresas estatais	5,8	2,8	2,7	2,8	2,2	2,2
Federais	2,5	1,0	0,5	0,4	-0,4	-0,7
Estaduais	3,2	1,7	2,1	2,2	2,3	2,7
Municipais	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2
Base monetária	2,4	3,6	4,4	4,6	4,2	4,2
Dívida total com base monetária	33,3	34,3	43,3	49,5	49,5	49,9

Fonte: Banco Central

Nota: (1) Exclui base monetária.

◆5 - Mercado Financeiro

Copom eleva a Taxa SELIC para 15,75% ao ano

Na última reunião do Copom – realizada ao longo dos dias 20 e 21 de março -, o Banco Central decidiu elevar a taxa Selic de 15,25% para 15,75% ao ano – ver Gráfico 5.1.

Esta decisão tomou como base um cenário externo incerto marcado principalmente por: i) a continuidade da volatilidade do preço do petróleo, ainda que tenha começado a se delinear uma tendência de queda – ver Gráfico 5.2; ii) a desaceleração da economia dos EUA, cuja intensidade continua sendo uma incógnita; e iii) as dificuldades da economia argentina. Além disso, tendo em vista a recente pressão sobre o câmbio, o Banco Central mostrou também preocupação com a possibilidade de algum repasse do aumento da cotação cambial para os preços.

Com a nova redução de 0,5 ponto percentual da taxa de juros dos EUA – que caiu para 5% a.a. em 20/03/01 -, espera-se que a economia norte-americana mostre sinais mais animadores nos próximos meses.

O copom voltou a ressaltar o desempenho favorável da economia brasileira, marcado pela retomada do crescimento econômico - sem pressão sobre os preços - e o bom desempenho fiscal. Entretanto, a ata da última reunião do Copom voltou a apontar para o impacto negativo do crescimento econômico sobre a balança comercial, que tem influenciado as expectativas no mercado de câmbio. Além dos resultados pouco animadores na área comercial, outros fatores têm contribuído para pressionar a taxa de câmbio, como a incerteza quanto à desaceleração da economia norte-americana e a “crise” argentina.

No mercado futuro, as taxa de juros DI, anualizadas, projetadas para abril, maio e junho de 2001 fecharam, em 30/03, em 16,96%, 17,97% e 18,85%, respectivamente.

A evolução do spread de risco

Refletindo as incertezas do ambiente internacional, principalmente no que diz respeito aos mercados emergentes, o *spread* médio de risco soberano do Brasil (*Par bond*) - pontos básicos sobre o bônus do Tesouro dos EUA de características semelhantes – aumentou em março, passando de 848 para 895 - ver Gráfico 5.3.

É de esperar que tendo em vista os bons resultados da economia brasileira e a perspectiva de melhora do cenário externo – marcada por menores

GRÁFICO 5.1
TAXA SELIC (%)

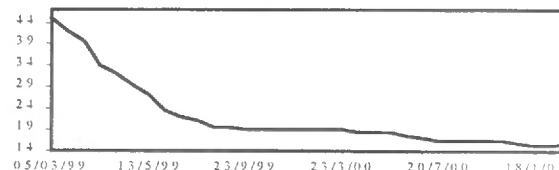


GRÁFICO 5.2
PREÇO DA CESTA DE PETRÓLEO



GRÁFICO 5.3
SPREAD DE RISCO SOBERANO

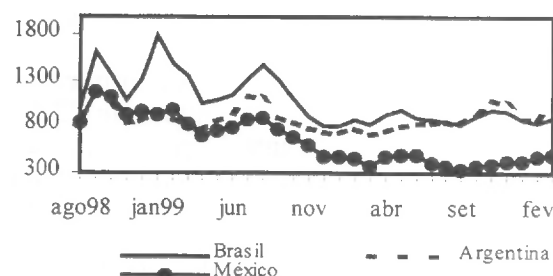
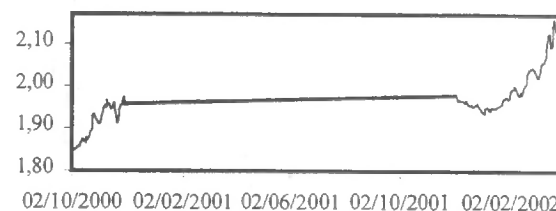


GRÁFICO 5.4
Ptax VENDA



taxas de juros nos EUA, queda dos preços do petróleo, apreciação do Euro frente ao dólar e perspectivas mais positivas para a economia argentina -, o *spread* possa se reduzir nos próximos meses.

O Mercado de Câmbio

No dia 30/03, a cotação da Ptax (venda) foi de R\$ 2,1616, superior ao R\$ 2,0452 registrado no final do mês de fevereiro – ver Gráfico 5.4. Este resultado representou uma desvalorização nominal do Real de cerca de 6% em março.

Os contratos de US\$ futuro com fechamento em primeiro de maio e junho tiveram, em 30/03, uma cotação de R\$ 2,1836 e R\$ 2,2086 respectivamente.

◆6 - Setor Externo

A balança comercial em março

A Balança Comercial brasileira, em março de 2001, registrou um déficit de US\$ 279 milhões, o que correspondeu a um resultado das exportações e das importações de US\$ 5167 milhões e US\$ 5446 milhões, respectivamente.

As exportações registraram um crescimento de 15,5% em março, contra igual mês do ano anterior – ver Gráfico e Tabela 6.1. O destaque de crescimento ficou com as vendas externas de produtos básicos, com um aumento de 25,3% no período. As exportações de manufaturados, por sua vez, registraram um crescimento de 10,7% em março, ante igual mês do ano anterior. Este resultado representou um recorde nas exportações de manufaturados, para meses de março, superior em 5,7% o recorde anterior de março de 2000.

As importações apresentaram um crescimento de 22,3% em março de 2001, ante o mesmo mês de 2000 – ver Gráfico e Tabela 6.2. O destaque ficou com as compras externas de bens de capital, com crescimento de 42,4% no período. Este resultado explica-se, principalmente, pela continuidade do crescimento do nível de atividade. Outro fator explicativo relevante foi a redução tarifária aplicada em janeiro de 2001 a máquinas e equipamentos sem produção nacional.

Com o resultado de março, a balança comercial acumulou um déficit de US\$ 676 milhões nos três primeiros meses do ano.

O balanço de pagamentos em fevereiro

O balanço de pagamentos apresentou um déficit de US\$ 125 milhões em fevereiro, resultante de um ingresso líquido de US\$ 1,3 bilhão na conta capital e financeira e déficit em transações correntes de US\$ 1,7 bilhão – o cálculo leva em conta US\$ 207 milhões referentes a rubrica erros e omissões. No primeiro bimestre, o balanço de pagamentos acumulou um superávit de US\$ 2,5 bilhões.

Nos primeiros dois meses do ano, o déficit em transações correntes acumulado foi de US\$ 3,96 bilhões, ou 4,12% do PIB. No acumulado em 12 meses até fevereiro, o déficit em transações correntes atingiu US\$ 26,4 bilhões, mais do que compensado pelo total de US\$ 29,4 bilhões em Investimentos Estrangeiros Diretos (IED). Como porcentagem do PIB, o déficit em transações correntes foi de 4,45% no acumulado em 12 meses até fevereiro.

GRÁFICO 6.1
VARIAÇÃO EM RELAÇÃO A IGUAL MÊS DO ANO ANTERIOR(%)

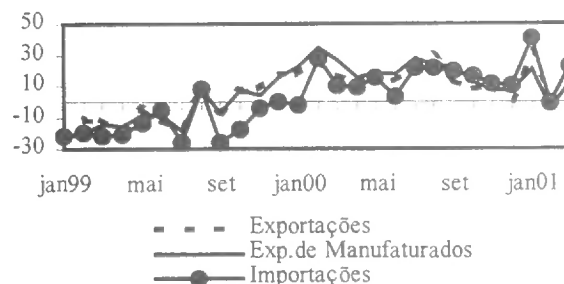


GRÁFICO 6.2
IMPORTAÇÕES:
VARIAÇÃO EM RELAÇÃO A IGUAL MÊS DO ANO ANTERIOR(%)

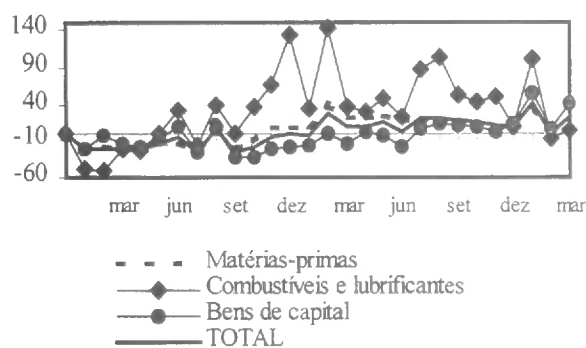


TABELA 6.1
EXPORTAÇÕES POR TIPO DE PRODUTO
US\$ MILHÕES FOB

Itens	Mar		Var. %
	2001	2000	
Básicos	1106	883	25,3
Industrializados	3852	3523	9,3
Semimanufaturados	723	697	3,7
Manufaturados	3129	2826	10,7
Ops. Especiais	209	66	216,7
Total	5167	4472	15,5

Fonte: Secex.

TABELA 6.2
IMPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE USO
US\$ MILHÕES FOB

Itens	Março		Var. %
	2001	2000	
Matérias primas e bens intermediários	2.763	2.323	18,9
Combustíveis e lubrificantes	523	501	4,4
Bens de capital	1.437	1.009	42,4
Bens de consumo	723	619	16,8
Não-duráveis	389	329	18,2
duráveis	334	290	15,2
Automóveis	134	86	55,8
Outros duráveis	200	204	-2,0
Total	5.446	4.452	22,3

Fonte: Receita Federal.

◆7 - Operações



FINAME

A evolução das operações

O valor dos desembolsos de recursos do BNDES registrou um crescimento real de 16% no acumulado em 12 meses até fevereiro de 2001 - ver Gráficos da página seguinte. Os desembolsos da FINAME, por sua vez, registraram uma expansão real de 82%, no período.

O valor das aprovações do BNDES aumentou 29% em termos reais no acumulado em 12 meses até fevereiro de 2001. O valor das aprovações da FINAME, por sua vez, apresentou uma expansão real de 70% no período - ver Gráficos da página seguinte.

O valor das consultas - pedidos de financiamento - do BNDES registrou uma expansão real de 3% no acumulado em 12 meses até fevereiro. No que diz respeito à FINAME, o valor das consultas apresentou uma expansão real de 78% no período.

Desembolsos por tipo de operação e empresa do BNDES

Os desembolsos do Sistema BNDES registraram o montante de R\$ 2,6 bilhões no acumulado no ano até fevereiro de 2001, ante os R\$ 2,1 bilhões registrados em igual período de 2000, ambos a preços de fevereiro de 2001 - ver Tabela 7.1. A BNDESPAR apresentou uma expansão real de 163% de seus desembolsos no período. A FINAME registrou um crescimento de 65% de seus desembolsos. O BNDES, por sua vez, apresentou uma queda real de 15% dos desembolsos no período. As liberações para operações diretas registraram uma redução real de 42%. As operações indiretas, por sua vez, apresentaram uma expansão real de 13% de seus desembolsos nos dois primeiros meses de 2001, ante igual período de 2000.

A distribuição setorial dos desembolsos

A evolução dos desembolsos setoriais acumulados no ano a partir de janeiro de 1999 pode ser observada na Tabela 7.2. No primeiro bimestre de 2001, os destaques foram a indústria de transformação e a agropecuária, com crescimento real de 64% e 53%, respectivamente, de seus desembolsos. Os setores de infra-estrutura e serviços, por sua vez, apresentaram uma redução real de 38% e 35%, respectivamente, de seus desembolsos. No período janeiro/fevereiro de 2001, as liberações para a indústria de transformação registraram a maior participação - de 67% - no total desembolsado - ver Tabela 7.3.

TABELA 7.1
DESEMBOLSOS DO SISTEMA BNDES (1)

Itens	Em R\$ milhões		
	2001	2000	Var. %
BNDES	1.092	1.282	-15
Op. Diretas	372	642	-42
Op. Indiretas	720	640	13
FINAME	1.230	747	65
BNDESPAR	309	118	163
Total	2.631	2.147	23

Fonte: AP/DEPLAN.

Nota: (1) Valores acumulados até fevereiro de cada ano, a preços de fevereiro de 2001 - deflator IGP-DI.

TABELA 7.2
TX. DE CRESC. REAL ACUMULADA ATÉ O MÊS (1)
DESEMBOLSOS

Meses	Em %				
	AGROP.	IND.	INFRA- TRANSF. E ESTRUTURA	SERVIÇOS	TOTAL
jan99	46	-13	-62	25	-19
fev	-25	12	-67	-11	-24
mar	-19	6	-31	3	-9
abr	-13	8	-59	-4	-27
mai	-5	5	-57	-2	-25
jun	-1	11	-57	-15	-25
jul	1	8	-61	-17	-27
ago	6	1	-59	-21	-29
set	-4	-5	-58	-23	-31
out	-6	-2	-55	-22	-28
nov	-14	-5	-47	-17	-25
dez	-14	0	-30	-17	-16
jan00	-2	-26	72	-5	-8
fev	2	-25	21	32	-11
mar	-14	-9	-29	1	-15
abr	-9	-15	-30	11	-17
mai	-13	-13	-12	-13	-13
jun	8	-20	-34	15	-19
jul	10	-17	27	16	-1
ago	14	-17	14	18	-3
set	20	-16	8	18	-4
out	25	0	1	11	3
nov	21	10	20	11	14
dez	30	10	15	9	12
jan/01	66	129	-44	-15	44
fev	53	64	-38	-35	23

Fonte: AP/DEPLAN.

Nota: (1) Em relação a igual período do ano anterior - deflator: IGP-DI.

TABELA 7.3
DESEMB. SETORIAIS DO SISTEMA BNDES (1)

Setores	Em R\$ milhões			
	2000	2001	Var. %	Part % 2001
TOTAL	2147	2631	23	100,0
AGROPECUÁRIA	211	322	53	12,2
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	1076	1761	64	66,9
METALURGIA	103	73	-29	2,8
MECÂNICA	96	230	139	8,8
MATERIAL DE TRANSPORTE	457	720	58	27,4
CELULOSE E PAPEL	34	327	873	12,4
QUÍMICA, P.F., PERF. S. E VELAS	38	57	51	2,2
PROD. ALIMENTARES E BEBIDAS	188	200	6	7,6
OUTRAS	161	154	-4	5,9
INFRA-ESTRUTURA	522	322	-38	12,2
SERVIÇOS	324	209	-35	7,9
OUTROS	13	18	34	0,7

Fonte: AP/DEPLAN.

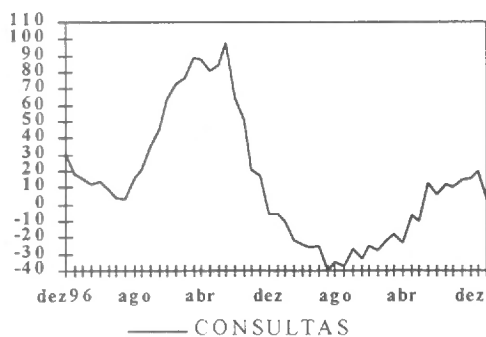
Nota: (1) Valores acumulados até fevereiro de cada ano, a preços de fevereiro de 2001 - deflator IGP-DI.

◆ Operações do BNDES e FINAME - Variação real (%)

(Acumulado 12 meses até o último mês *vis-à-vis* acumulado 12 meses até o mesmo mês do ano anterior.)

SISTEMA BNDES(1)

GRÁFICO 7.1



Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.
Elaboração : AP/DEPEC/GESTE 2 e 3.

Notas: (1)) Inclui as operações do BNDES, FINAME e BNDESPAR.
Deflator: IGP-DI.

FINAME

GRÁFICO 7.2

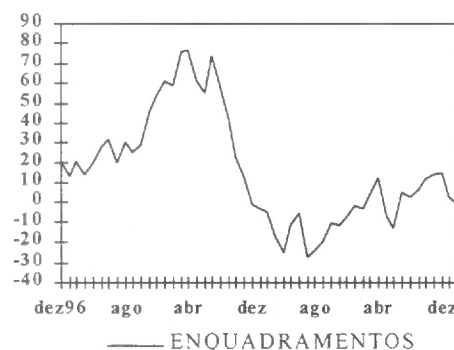


GRÁFICO 7.3

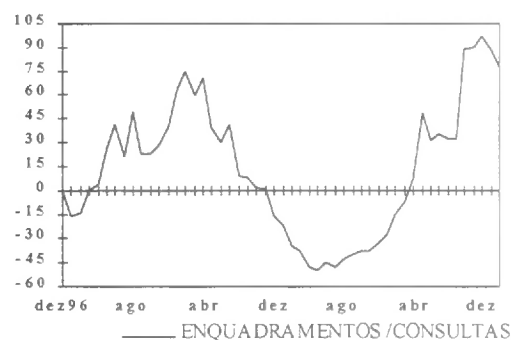


GRÁFICO 7.4

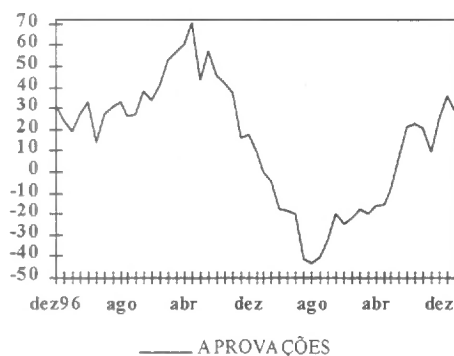


GRÁFICO 7.5

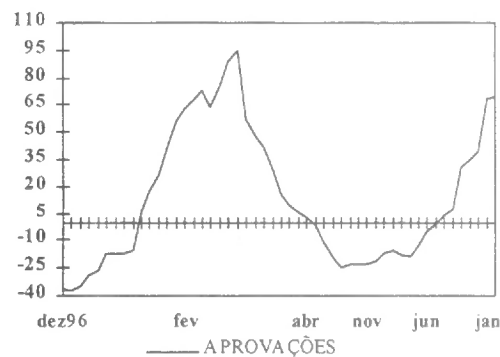


GRÁFICO 7.6

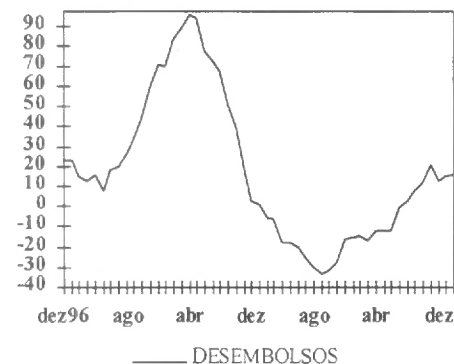
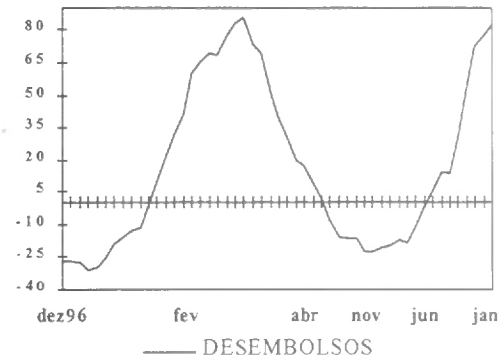


GRÁFICO 7.7



◆8 - Anexo Estatístico

EVOLUÇÃO COMPARATIVA DOS INDICADORES

	IG P-M / FG V			Dólar Comercial (var. %)(1)			UMBNDES (2)		
	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses
jan/99	0,84	0,84	1,67	64,08	64,08	76,49	58,15	58,15	76,58
fev	3,61	4,48	5,15	4,11	70,82	82,65	5,04	66,12	83,45
mar	2,83	7,44	7,92	-16,6	42,47	51,39	-16,92	38,01	54,69
abr	0,71	8,20	8,54	-3,56	37,40	45,12	-4,19	32,23	46,19
mai	-0,29	7,89	8,08	3,81	42,63	49,84	3,16	36,40	51,22
jun	0,36	8,27	8,06	2,64	46,40	52,94	2,55	39,88	55,37
jul	1,55	9,95	9,92	1,11	48,02	53,78	2,86	43,88	59,28
ago	1,56	11,67	11,81	7,08	58,50	62,77	7,75	55,04	67,91
set	1,45	13,29	13,52	0,33	59,02	62,11	1,13	56,79	65,71
out	1,70	15,21	15,36	1,60	61,57	63,66	1,65	59,38	61,75
nov	2,39	17,97	18,50	-1,55	59,06	60,05	-2,22	55,84	60,06
dez	1,81	20,10	20,10	-6,95	48,01	48,01	-7,07	44,82	44,82
jan/00	1,24	1,24	20,58	0,75	0,75	-9,12	-0,62	-0,62	-9,00
fev	0,35	1,59	16,78	-1,88	-1,14	-14,35	-2,53	-3,13	-15,55
mar	0,15	1,75	13,74	-1,20	-2,33	1,47	-0,28	-3,41	1,36
abr	0,23	1,98	13,20	3,40	0,99	8,79	1,51	-1,95	7,39
mai	0,51	2,30	13,88	1,10	2,10	5,95	1,61	-0,37	5,78
jun	0,85	3,17	14,44	-1,46	0,61	1,72	-0,86	-1,23	2,26
jul	1,57	4,79	14,46	-1,40	-0,80	-0,81	-2,42	-3,62	-2,99
ago	2,39	7,29	15,39	2,74	1,92	-4,83	2,50	-1,21	-7,72
set	1,16	8,54	15,06	1,11	3,05	-4,09	0,75	-0,47	-8,07
out	0,58	8,95	13,57	3,54	6,70	-2,25	2,90	2,41	-6,95
nov	0,29	9,26	11,24	2,65	9,53	1,92	2,75	5,23	-2,21
dez	0,63	9,95	9,95	-0,21	8,48	9,30	-0,01	5,22	5,22
jan/01	0,62	0,62	9,28	0,80	0,80	9,35	0,47	0,47	6,38
fev	0,23	0,85	9,15	3,76	4,59	15,64	3,49	3,98	12,95
mar	0,56	1,42	9,59	5,69	10,54	23,70	3,90	8,03	17,66

Fonte: BNDES e Gazeta Mercantil.

Notas:

(1) Taxa de final de período.

(2) Variação cambial da cesta de moedas do BNDES (UMBNDES).

QUADRO DAS PREVISÕES ANUAIS (1)

INSTITUIÇÕES	PIB(1)								FBCF		NFSP (%PIB)				Exportações		Importações		B. Comercial		Saldo em C. Corrente	
	TOTAL		IND(2)		AGR		SERV		(% do PIB)		Primário		Nominal		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)	
	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002
BBV	4,0	4,0	4,9	5,4	6,2	5,8	3,1	2,9	19,3	19,3	-3,0	-2,7	2,7	3,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Fator	4,4	4,0	5,0	4,3	5,7	5,5	3,7	3,6	-	-	-3,1	-3,0	3,6	3,0	59,8	66,8	61,3	64,9	-1,5	1,9	-27,8	-27,8
Garantia	4,4	4,6	5,4	5,8	4,3	5,9	3,8	3,8	-	-	-3,2	-2,7	3,3	2,7	59,0	64,5	61,0	67,7	-2,0	-3,2	-28,9	-31,8
JP Morgan	3,5	3,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-2,5	-2,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LCA	4,2	3,9	4,7	4,3	5,7	5,5	3,6	3,4	-	-	-3,1	-3,0	3,3	2,7	60,1	67,0	60,7	64,5	-0,6	2,5	-28,2	-31,6
Macrométrica	4,8	4,9	7,3	7,0	1,5	2,3	3,9	4,0	20,2	-	-3,6	-3,5	4,6	3,4	55,1	55,7	55,7	56,3	-0,6	-0,6	-24,6	-25,1
MCM Consultores	4,0	4,2	4,3	4,7	5,2	2,5	3,7	4,2	20,4	21,2	-3,0	-	3,0	-	59,7	65,7	61,3	66,2	-1,6	-0,5	-27,7	-29,8
Tendências	4,2	4,6	4,6	5,5	6,0	3,7	3,6	3,9	20,2	20,6	-3,0	-2,7	2,2	2,3	57,2	61,5	58,2	61,8	-1,0	-0,3	-27,1	-27,1
MÉDIA	4,2	4,2	5,2	5,3	4,9	4,5	3,6	3,7	20,0	20,5	-3,4	-3,2	3,2	2,8	58,5	63,5	59,7	63,6	-1,2	0,0	-27,4	-28,9
DESVIO PADRÃO	0,36	0,42	0,93	0,88	1,53	1,48	0,23	0,40	0,43	0,75	0,80	0,71	0,69	0,34	1,79	3,96	2,07	3,71	0,51	1,86	1,35	2,42

Notas:

(1) Variação percentual.

(2) Exclusive Construção Civil e Serviços de Utilidade Pública.

INFLAÇÃO - QUADRO DAS PREVISÕES

INSTITUIÇÕES	IPC-FIPE				IGP-M			
	abr	mai	jun	2001	abr	mai	jun	2001
BBV	0,20	0,40	-	4,30	0,40	0,20	-	5,40
Fator	-	-	-	-	0,30	0,25	0,40	6,50
Garantia	0,50	0,70	0,30	4,00	0,55	0,60	0,50	5,10
LCA	-	-	-	-	0,30	0,30	0,45	-
Macrométrica	0,37	0,25	0,86	4,81	0,37	0,33	0,63	4,37
MCM Consultores	0,10	0,45	0,45	4,60	0,20	0,30	0,70	6,00
Tendências	0,30	0,30	0,30	3,90	0,50	0,50	0,50	6,50
Média	0,29	0,42	0,48	4,32	0,37	0,35	0,53	5,65
Desvio Padrão	0,15	0,18	0,26	0,39	0,12	0,14	0,11	0,85

ÍNDICES ECONÔMICOS

mês	Taxa de variação dos preços (%)						Taxa Referencial de juros (%)	Taxa de Câmbio - venda SP R\$/US\$		
	IPCA	IPC (FIPE)	IGP-M (FGV)	IGP-DI (FGV)	IPA-DI (FGV)	IPA Ind (FGV)		Comercial Média	Comercial (1)	Paralelo (1)
jan/99	0,70	0,50	0,84	1,15	1,58	1,82	0,32	1,50	1,98	2,00
fevereiro	1,05	1,41	3,61	4,44	6,99	5,97	0,83	1,91	2,06	1,98
março	1,10	0,56	2,83	1,98	2,84	3,11	1,16	1,90	1,72	1,78
abril	0,56	0,47	0,71	0,03	-0,34	1,11	0,61	1,69	1,66	1,72
maio	0,30	-0,37	-0,29	-0,34	-0,82	0,71	0,58	1,68	1,72	1,73
junho	0,19	-0,08	0,36	1,02	1,35	0,89	0,31	1,77	1,77	1,82
julho	1,09	1,09	1,55	1,59	2,03	2,26	0,29	1,82	1,79	1,86
agosto	0,56	0,74	1,56	1,45	2,15	2,15	0,29	1,88	1,92	1,98
setembro	0,31	0,91	1,45	1,47	2,30	2,06	0,27	1,90	1,92	1,98
outubro	1,19	1,13	1,70	1,89	2,58	2,15	0,23	1,97	1,95	2,02
novembro	0,95	1,48	2,39	2,53	3,59	2,10	0,20	1,93	1,92	2,02
dezembro	0,60	0,49	1,81	1,23	1,60	0,97	0,30	1,85	1,79	1,95
Acum. Ano	8,94	8,64	20,10	19,99	28,88	28,32	5,74	-	-	-
jan/00	0,62	0,57	1,24	1,02	1,02	0,98	0,21	1,80	1,80	1,95
fevereiro	0,13	-0,23	0,35	0,19	0,17	0,74	0,23	1,78	1,77	1,88
março	0,22	0,23	0,15	0,18	-0,05	0,60	0,22	1,74	1,75	1,88
abril	0,42	0,09	0,23	0,13	-0,02	0,32	0,13	1,77	1,81	1,87
maio	0,01	0,03	0,31	0,67	0,69	0,72	0,25	1,83	1,83	1,92
junho	0,23	0,18	0,85	0,93	1,45	0,64	0,21	1,81	1,80	1,93
julho	1,61	1,40	1,57	2,26	2,79	2,48	0,12	1,80	1,77	1,93
agosto	1,31	1,55	2,39	1,82	2,56	1,70	0,20	1,81	1,82	1,94
setembro	0,23	0,27	1,16	0,69	1,09	0,67	0,10	1,84	1,84	1,99
outubro	0,14	0,01	0,38	0,37	0,56	0,45	0,13	1,88	1,91	2,02
novembro	0,32	-0,05	0,29	0,39	0,38	0,57	0,12	1,95	1,96	2,07
dezembro	0,59	0,26	0,63	0,76	0,85	1,15	0,10	1,96	1,96	2,18
Acum. Ano	5,97	4,38	9,95	9,80	12,06	11,57	2,07	-	-	-
jan/01	0,57	0,38	0,62	0,49	0,40	0,78	0,14	1,95	1,97	2,14
fevereiro	0,46	0,11	0,23	0,34	0,31	0,31	0,04	2,00	2,05	2,14
março	-	-	0,56	-	-	-	0,17	2,09	2,16	2,21
Acum. Ano	1,03	0,49	1,42	0,83	0,71	1,09	0,35	-	-	-

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Cotação de final de período.

REMUNERAÇÃO REAL DOS ATIVOS FINANCEIROS (%) (1)

Mês	Bolsa SP	Poupança	Over	Ouro-Spot	Paralelo	Comercial	CDB
jan/00	-5,28	-0,51	0,22	-2,40	-1,22	-0,48	-0,03
fev	7,38	0,38	1,10	1,03	-3,93	-2,22	0,85
mar	0,75	0,57	1,30	-5,37	-0,15	-1,35	0,87
abr	-13,01	0,40	1,06	5,09	-0,76	3,16	0,82
mai	-4,03	0,44	1,19	0,59	2,36	0,79	0,86
jun	10,90	-0,14	0,53	2,96	-0,33	-2,29	0,20
jul	-3,16	-0,93	-0,26	-3,11	-1,55	-2,93	-0,47
ago	2,96	-1,64	-0,96	-1,32	-1,82	0,34	-1,34
set	-9,23	-0,55	0,07	-1,14	1,40	-0,04	-0,23
out	-7,02	0,25	0,90	-1,24	1,12	3,15	0,58
nov	-10,88	0,33	0,93	2,18	2,18	2,36	0,66
dez	14,12	-0,03	0,56	-0,52	4,65	-0,84	0,34
Acum. no ano	-18,80	-1,45	6,82	-3,63	1,67	-0,59	3,13
jan/01	15,10	0,02	0,64	-2,85	-2,44	0,18	0,38
fev	-10,28	0,31	0,79	2,35	-0,23	3,52	0,74
mar	-9,65	0,11	0,69	0,83	2,69	5,10	0,39
Acum. no ano	-6,70	0,44	2,13	0,26	-0,05	9,00	1,52

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Deflacionados pelo IGP-M.

CUSTO DO CRÉDITO (1)

Mês	TJLP	LIBOR(2) (6 meses)	Capital de Giro pré fixado(2)	Res. 63(3)	Desconto de duplicatas(4)	Export notes(3)	ACC(3)	Repasse do BNDES(5)	
								BNDES/FINAME automáticos	FINAME agrícola
jan99	12,84	4,91	75,22	20,32	5,68	11,98	11,74	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
fev	-	5,06	81,82	53,87	6,08	14,83	12,56	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mar	-	5,06	75,71	25,50	5,77	13,00	12,85	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
abr	13,48	5,04	74,19	18,81	5,67	15,92	11,34	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mai	-	5,25	65,15	17,12	5,09	16,78	10,99	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jun	-	5,62	60,48	15,22	4,63	13,00	10,58	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jul	14,05	5,71	57,90	13,16	4,36	11,56	10,70	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
ago	-	5,92	54,74	13,15	4,22	12,54	10,67	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
set	-	5,93	54,10	12,99	4,11	17,49	10,73	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
out	12,50	6,12	50,04	12,74	3,84	14,78	10,73	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
nov	-	6,06	49,85	12,77	3,91	14,70	9,99	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
dez	-	6,13	49,81	12,76	3,79	14,71	10,06	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jan00	12,00	6,17	49,07	11,93	3,84	15,72	10,05	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
fev	-	6,29	46,32	13,02	3,61	14,31	10,30	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mar	-	6,53	46,73	11,56	3,68	9,18	9,82	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
abr	11,00	6,51	43,43	11,66	3,52	8,87	9,61	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mai	-	6,98	43,64	11,77	3,58	9,85	9,60	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jun	-	6,92	34,39	11,78	3,25	10,87	10,44	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jul	10,25	6,87	33,07	9,59	3,10	9,97	10,05	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
ago	-	6,83	35,99	10,04	3,41	9,07	8,99	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
set	-	6,70	30,42	9,32	2,92	9,01	9,23	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
out	9,75	6,67	32,24	12,08	3,12	10,81	9,14	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
nov	-	6,64	30,91	10,09	2,94	9,36	9,36	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
dez	-	6,31	30,73	10,47	2,97	11,74	8,98	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jan01	9,25	5,45	32,90	8,82	3,10	10,26	8,19	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
fev	-	5,15	27,52	8,05	2,66	14,75	7,28	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mar(6)	-	4,75	32,39	8,29	2,68	-	7,16	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
abr	9,25	-	-	-	-	-	-	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5

Fonte: Banco Central.

Notas: (1) Capital de giro, Res. 63, Desconto de duplicatas, Export notes e ACC, calculados a partir de dados do SISBACEN. (2) % ao ano. (3) % ao ano mais correção cambial. (4) Taxa antecipada - % ao mês (média mensal). (5) % ao ano + TJLP. A partir de agosto de 1997: % ao ano + TJLP + spread de risco do agente financeiro. (6) Capital de giro, Res. 63, export notes, ACC e desconto de duplicatas: valores referentes a 19/03/01.